

# DESAFIOS DO PROJETO ATELIÊ ESCOLA CULTURA DO HABITAR E EDUCAÇÃO NÃO ESCOLAR

Doraci Alves Lopes\*

**Resumo:** Este estudo analisa como jovens egressos de medidas socioeducativas de Campinas compreendem o Projeto Ateliê Escola - Convivência e Arte, do Centro de Educação e Assessoria Popular, baseado em princípios freireanos para a sua formação, situando esta experiência no contexto das políticas públicas e debate sobre a vulnerabilidade da juventude das classes trabalhadoras. A análise baseia-se na discussão da cultura do habitar e na distinção de projetos político-educacionais baseados nos conceitos de educação não escolar e educação não formal. Desenvolvido entre 2011-2015, aprovado por editais públicos da Petrobras, o trabalho motivou a equipe a aprofundar sua reflexão para o Ateliê Escola seguir em 2016 com a complexa rede socioassistencial envolvida. A pesquisa ocorreu no CEDAP e com reuniões junto a equipe gestora do Ateliê Escola. A metodologia foi construída com estudos documentais, bibliográficos e entrevistas de história oral para uma reflexão sobre a visão de mundo dos jovens egressos que cumpriram as medidas socioeducativas da Fundação Casa. O objetivo é analisar as entrevistas, sublinhando a gravidade das condições de vida desde muito antes do conflito com a lei. E ainda como os jovens constituíram no cotidiano a relação com a arte educação do Ateliê Escola revelando (auto)descobertas, ressignificando suas histórias de vida, individuais e familiares.

**Palavras-Chave:** Medidas socioeducativas. Jovens e adolescentes em conflito com a lei. Cultura do habitar. Educação não escolar. Educação não formal.

**Abstract:** This study analyzes how young graduates of socio-educational measures in Campinas comprise the Ateliê Escola - Convivência e Arte, Project of the Center for Education and Popular Advice, based on Freirean principles for their formation, situating this experience in the context of public policies and debate on the vulnerability of the youth of the working classes. The analysis is based on the discussion of the culture of inhabiting and the distinction of political-educational projects based on the concepts of non-school education and non-formal education. Developed between 2011-2015, approved by public announcements of Petrobras (2010, 2012), the work motivated the team to deepen their reflection for the Ateliê School to follow in 2016 with the complex socioassistencial network involved. The research took place at CEDAP and with meetings with the management team of Ateliê Escola. The methodology was built with documentary, bibliographical studies and oral history interviews for a reflection on the world view of young graduates who fulfilled the socio-educational measures of the Casa Foundation. The goal is to analyze the interviews, emphasizing the severity of living conditions since well before the conflict with the law. And yet, as the young people formed in their daily lives the relationship with the art education of the Ateliê School revealing (self) discoveries, resignifying their life histories, individual and family.

**Keywords:** Socio-educational measures. Young adults and teenagers in conflict with the law. Habitation culture. Non-formal education.

\* Profa. titular aposentada PUC-CAMPINAS. Dra. Sociologia pela USP. E-mail: doraci.lopes@gmail.com

## Introdução

Este estudo apresenta resultados de pesquisa sobre jovens egressos de medidas socioeducativas (MSE) que compreendem o Projeto Ateliê Escola - Convivência e Arte, do Centro de Educação e Assessoria Popular (CEDAP), a partir de um conjunto de princípios ético-políticos e educacionais baseados em Paulo Freire, para a sua formação e inserção social; e ainda, situar esta experiência no contexto mais amplo das políticas públicas e debate sobre a juventude pobre das classes trabalhadoras, especialmente de Campinas.<sup>1</sup>

O CEDAP sendo uma organização da sociedade civil, possui um histórico de experiência acumulada desde a fundação em 1987, período de redemocratização do país e da emergência de novos movimentos sociais. Em 2012 criou uma segunda unidade no Jardim Campina Grande, região noroeste do município, com prioridade para ações de fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, por meio de atividades socioeducativas, arte e cultura.

É possível perceber, desde a sua fundação, a dimensão de seu alcance social quando examinamos seus desdobramentos históricos, participação em conselhos municipais e comissões públicas diversas ao

<sup>1</sup> A síntese dos resultados da pesquisa foram apresentados em 12 junho de 2015 em um Seminário mais amplo organizado pela Coordenação e a equipe gestora do projeto Ateliê Escola, exatamente em uma conjuntura nacional de debate sobre a redução da maioria penal que congregou a juventude atendida, especialistas convidados e a rede socioassistencial do município, além de representantes da Fundação Casa, de Conselhos Municipais e outras autoridades municipais e estaduais. Discutiu-se os resultados do trabalho do Ateliê Escola, medidas de garantia de direitos da população juvenil em situação de vulnerabilidade social tendo em vista as condições de atendimento oferecidas pelas políticas públicas em âmbito municipal, estadual ou federal. A participação no 42º Encontro Nacional do Centro de Estudos Rurais e Urbanos (CERU) na USP em agosto de 2015, sob o título “Ateliê Escola, Educação Não Formal e Cultura do Habitar”, também foi importante para este trabalho, debatido na ocasião com outros pesquisadores de Educação.

CADERNOS CERU V. 28, n. 1, jul. 2017

desenvolverem vários projetos e parcerias<sup>2</sup> firmadas com a rede socioassistencial da cidade, como por exemplo, o Projeto Ateliê Escola – Convivência e Arte, único no gênero em Campinas e no Estado de São Paulo voltado para jovens egressos de MSE, que desenvolveu uma formação em arte educação entre 2010 e 2015, aprovado por editais públicos da Petrobras (2010 e 2012). Este trabalho motivou a equipe responsável em 2014 a aprofundar sua reflexão para uma continuidade do Ateliê Escola, que envolveu complexa rede socioassistencial em MSE. A pesquisa com os egressos ocorreu na sede do CEDAP com entrevistas e reuniões com a coordenação e equipe gestora do Ateliê Escola.

O resultado da pesquisa apresentado neste momento, portanto, é parte de um processo de trabalho mais amplo desenvolvido pela coordenação e equipe do projeto, que se realizou por meio de oficinas de arte-educação e oficinas sobre o mundo do trabalho, do letramento e da informática básica, além de encontros de família e acompanhamento psicossocial.<sup>3</sup>

Conhecer com mais profundidade a visão de mundo dos jovens egressos que cumpriram MSE de diferentes modos<sup>4</sup> foi um caminho de problematização conjunta com a equipe gestora. Com a fase de interpretação e apresentação dos resultados da pesquisa acontecendo em meio a conjuntura de intenso debate político sobre a redução da maioria penal nos âmbitos nacional, estadual e municipal.<sup>5</sup>

<sup>2</sup> Muito da dinâmica dos trabalhos podem ser conferidos pelas redes sociais como: [http://www.cedap.org.br/site/pasta\\_176\\_0\\_projetos.html](http://www.cedap.org.br/site/pasta_176_0_projetos.html) ou <https://www.facebook.com/cedapcampinas>

<sup>3</sup> Ofereceram uma bolsa-auxílio aos adolescentes como estímulo à adesão e à permanência no projeto, cobrindo despesas com lanches e passagens de ônibus.

<sup>4</sup> MSE previstas pelo ECA: regime fechado na Fundação Casa; Unidade Internação Provisória (UIP), cujo prazo deve ser de 45 dias; ou ainda em Liberdade Assistida (LA) ou Prestação de Serviço à Comunidade (PSC), que são em regime aberto.

<sup>5</sup> Ver mobilização e ato público de várias entidades, conselhos e grupos em <https://www.facebook.com/mobilizacampinas>. Para conhecer a posição de outras entidades civis da cidade de São Paulo contra a redução da maioria pe-

O CEDAP e o Projeto Ateliê Escola desde o início participaram do movimento contra a redução da maioria penal e continuam mesmo após a aprovação na Câmara dos Deputados (18/8/2015) da emenda à Constituição (PEC) reduzindo a maioria penal de 18 para 16 anos no caso de crimes de homicídio doloso, lesão corporal seguida de morte e crimes hediondos, como o estupro. A PEC está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CJC) do Senado e precisará passar por duas votações para ser promulgada.

Reduzir a maioria penal vai apenas reforçar a situação de exclusão social que estes meninos e meninas já enfrentam durante toda sua vida”, ressalta Mariana Saes, coordenadora do Ateliê Escola no CEDAP. Dados da UNICEF mostram que “no Brasil, os adolescentes são hoje mais vítimas do que autores de atos de violência. Dos 21 milhões de adolescentes brasileiros, apenas 0,013% cometeu ato contra a vida” demonstra nota do UNICEF de 20 de março de 2015. Por outro lado a violência contra os jovens é imensa, conforme mostram os dados do Mapa da Violência/2014 - “o Brasil mata 30 mil jovens por ano, e destes, quase 80% são negros. (ATELIÊ ESCOLA. 2015)

Este movimento ampliou seu alcance sob o título de Frente Nacional de Luta contra a Redução da Maioridade Penal e convoca atos e manifestações de rua para dialogar com a população e desconstruir os estereótipos criados contra a juventude, especialmente aquela em conflito com a lei. Muitos movimentos sociais fazem parte deste amplo campo de defesa de direitos da juventude ‘com pelo menos dez anos de existência’, com várias conquistas e muitos desafios pela frente, conforme sintetiza Novaes. (2015:4). Reforçam reivindicações como a da implantação efetiva do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA/Lei 8.069, 13/7/1990); do Estatuto da Juventude, (Lei 12.852/2013); do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE/Lei 12.594/2012).

ver vídeo <https://www.youtube.com/watch?v=i-Ghm-FGkxU0>

Neste sentido, as políticas públicas que definem a rede de atendimento a jovens em conflito com a lei é o Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo de Campinas (SIMASE), que tem um Plano Municipal (2014-2024) e envolve várias Secretarias de Governo e Conselhos Municipais, todos referidos também no Sistema Socioeducativo Paulista e no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), e seus respectivos Planos Decenais, além da presença de outras instâncias governamentais e do Sistema Judiciário.

Esta complexidade e heterogeneidade de níveis públicos e sociais que atuam no atendimento socioeducativo foram alguns dos principais desafios do Ateliê Escola. Além de pensar uma formação em arte-educação dos jovens egressos que enfrentasse ainda um cotidiano de preconceitos cristalizados pelo senso comum que acredita ‘a priori’ na ‘culpa’ da juventude pobre, em sua maioria negra, pela violência no país.

De acordo com os dados do SIM (Sistema de Informação sobre Mortalidade), no decênio compreendido entre os anos de 2002 e 2012, foram assassinadas em todo o país 555.884 pessoas. Do total de indivíduos vítimas de homicídio no período, 62,2% (345.885) eram pretos e pardos e 31,1% (172.419) eram brancos. (EDUCAFRO, 2015)

Os depoimentos são densos e reveladores em todas as fases da vida dos jovens, porém a ênfase compreende o período vivido pós medidas no projeto Ateliê Escola, baseado em um processo de educação não escolar de inspiração freireana, mas influenciado por vivências da chamada educação bancária, tecnicista, além da difícil relação com a própria educação formal, como analisaremos adiante (LOPES, 2012; ALMEIDA, 2010; LOPES; OLIVEIRA, 2010; SPOSITO, 2008; ALFONSO, 2001)

É possível destacar também um aprendizado espontâneo, não planejado, sobre certos valores éticos da cultura do habitar na ‘Casa CEDAP’, isto é, através de uma ‘educação informal’. Conceito amplamente re-

conhecido como educação assistemática, a que se dá ao longo da vida. Embora os autores problematizem a cultura do habitar na sociedade contemporânea, nem todos compartilham do mesmo universo teórico-conceitual. (BACHELARD, 1988; FIGUEIREDO, 1995; LOPES, 2002; LOPES, 2008; LOPES; MENDONÇA, 2009)

Tanto a cultura do habitar quanto os valores desenvolvidos com a arte-educação (em um projeto de educação não escolar) do Ateliê Escola são adquiridos em um processo de formação a ser explicitado na análise. A educação escolar e a educação não escolar, tanto quanto o mundo do trabalho e o da desigualdade territorial, revelam outros desafios para organizações sociais como o CEDAP e para instituições executoras de políticas públicas de MSE.

É preciso reconhecer, segundo Afonso (2001), que o campo da educação não escolar está sendo disputado por diferentes racionalidades políticas e pedagógicas, sejam democráticas e populares, sejam com vieses neoliberais.

(...) exigindo por isso, dos educadores e investigadores socialmente comprometidos, uma vigilância epistemológica redobrada, para que aqueles que a esse campo referenciam as suas práticas e reflexões possam ajudar a constituí-lo e a consolidá-lo como lugar de referência de uma educação (...) tão importante, urgente e necessária como a melhor educação escolar. (AFONSO, 2001, p. 33-36).

Como a maioria das famílias de jovens egressos de MSE está em situação de vulnerabilidade social, muitos dos autores citados sublinham de que modo a infância e a juventude são muito mais atingidas, dadas as características do mundo de trabalho pós-industrial, globalizado, que se expande através de empregos temporários, precários, terceirizados e do desemprego estrutural. (ANTUNES; ALVES, 2004)

A interpretação das entrevistas é marcada pela gravidade das condições de vida reveladas desde muito

antes do conflito com a lei e a atenção da análise é para um conjunto de valores culturais e sociais atribuídos ao Ateliê/CEDAP pelos egressos no cotidiano da relação com a arte-educação freireana, onde emergem descobertas, novas formas de se relacionar com o mundo e de ressignificar histórias de vida, individuais e familiares.

## A Construção do Caminho Metodológico

Atribuem-se significados diversos aos resultados de qualquer pesquisa social e para restringir o domínio da subjetividade é preciso explicitar permanentemente a posição teórica e metodológica que norteiam as interpretações e ter clareza de que se trata de uma, entre muitas possibilidades de leitura da realidade estudada.

Para desenvolver os objetivos propostos decidiu-se pela combinação de pesquisa bibliográfica, documental e a realização de entrevistas de história oral (NEVES, 1998; DELGADO 2003). A bibliografia discute o universo da juventude e em especial a que cumpre medidas socioeducativas da perspectiva da cultura do habitar e dos desafios da educação escolar e não escolar. Analisar os processos desenvolvidos pela coordenação, equipe de profissionais e dos egressos de MSE em um contexto político, social e econômico de crise, foi importante para se pensar como a arte educação – organizada em um projeto não escolar – ainda assim pode se transformar em uma fonte de criação coletiva, solidária e em um ‘ethos’ cultural que ultrapassa o próprio espaço das atividades do CEDAP, apesar de diferentes obstáculos.

A técnica da entrevista de história oral, por sua vez, possibilita que a ‘memória’ seja entendida como construção e reconstrução de lembranças individuais e coletivas no tempo presente. É base para a identidade,

processo dinâmico, dialético, potencialmente renovável e que traz as marcas do passado, indagações e necessidades do tempo presente (NEVES, 1998)

Para se chegar às narrativas do sujeito social que pensa a experiência do projeto Ateliê Escola a partir de seu universo social e cultural, buscou-se saber a memória desde a infância até o cumprimento das MSE. Os critérios de seleção dos egressos para as entrevistas foram definidos com a equipe gestora com base nos dados apresentados ao segundo edital público. (PROGRAMA PETROBRAS DESENVOLVIMENTO & CIDADANIA. Anexo I. 2013)

O universo de atendidos em 2014 foi de 60 adolescentes e jovens, além de suas respectivas famílias (55), sendo que 72% destes possuíam vínculos com o CEDAP desde 2011. Este foi o critério principal, ter um tempo de vínculo maior com o trabalho de inserção social realizado pelo Ateliê Escola. Todos os demais dados a seguir também estão baseados no Relatório da Coordenação Técnica, apresentados no Seminário *'Tanta Violência não é Certo'* em 12 de junho de 2015. (RELATÓRIO COORDENAÇÃO TÉCNICA, 2015).

A seleção para a entrevista girou em torno de 10% do universo de atendidos. São sete jovens, sendo quatro meninos e três meninas, embora 81% dos egressos de MSE sejam do sexo masculino e 19 % são do sexo feminino no Projeto Ateliê Escola.

No município a relação gênero e idade de jovens que cumprem MSE também tem uma larga presença do sexo masculino (94,5 % em 2013 e 94% em 2014) entre 15 e 18 anos, semelhante a situação nacional. Quanto ao sexo feminino tem-se uma média de 5,5% em 2013 e 6% em 2014. Em setembro deste mesmo ano, o Portal da Fundação CASA informou 342 adolescentes nos centros de atendimento localizados no município de Campinas; destes, 243 residentes no município. Nos demais centros da Divisão Regional Metropolitana de Campinas (DRMC) tinham 85 ado-

lescentes campineiros, sendo 04 adolescentes cumprindo MSE em semiliberdade. Das 720 vagas existentes (capacidade ampliada) nos centros localizados nas diferentes cidades da DRMC, 328 vagas são utilizadas com adolescentes oriundos de Campinas, ou seja, 45,55%. (SIMASE, 2014: 44, 53)

Quanto aos números nacionais do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) até novembro de 2013, houve um atendimento de 22.683 casos do sexo masculino e 1.042 do sexo feminino (em torno de 5%), em um total de 23.725 adolescentes e jovens entre 12 e 21 anos (Nota SINASE.2013: 6).

Outro critério observado para as entrevistas no CEDAP foi o da faixa etária, 81% do total tinham entre 17 e 20 anos de idade, mas uma adolescente de 16 anos e um jovem com 21 anos deram sua contribuição à pesquisa.

Um fator considerado importante foi o da origem territorial da população juvenil atendida pelo Ateliê Escola. A região Sul da cidade concentra quase metade do total atendido (45%), o que influenciou na escolha de quatro jovens desta região, e um entrevistado de cada uma das demais regiões: norte, noroeste e sudoeste de Campinas. Trata-se de um grupo juvenil majoritariamente de pobres negros, três são nomeados como 'pardos', três 'negros', e um deles 'indígena' nas fichas de identificação do Ateliê Escola, que seguem os critérios utilizados pelo IBGE.

Quanto ao roteiro da entrevista propôs-se saber da trajetória de vida, do cotidiano do(a) jovem antes, durante e depois do cumprimento de medidas socioeducativas (MSE), para se discutir o lugar e a importância da experiência vivida no Projeto Ateliê Escola em relação às outras fases de vida. Portanto, a entrevista abordou a fase da infância, a do cumprimento das MSE e a da vivência no CEDAP.

O tempo dedicado a conhece-los após a seleção dos egressos aconteceu em uma reunião coletiva com a

participação da Coordenação do Projeto Ateliê Escola. A confiança se estabeleceu em curto tempo, este feito se deve aos vínculos construídos entre a coordenação, a equipe de trabalho e os jovens e as jovens do Ateliê Escola.

A atenção da conversa esteve voltada para perceber certos destaques feitos pelos egressos sobre as condições de vida da família, situação de moradia, as relações com a escolaridade, o trabalho, o cumprimento das MSE e com o projeto de inserção social do CEDAP.

É preciso destacar que houve posturas de gênero diferenciadas de resistências das meninas em se aceitar o convite para a entrevista, e durante os relatos acerca de seus delitos, sendo em geral o tráfico de drogas, roubos ou agressões, os mais comuns. Com as egressas, foram três diferentes tentativas de entrevistas frustradas, até outras jovens serem convidadas e aceitarem o convite, entre elas, uma jovem de 16 anos. As três meninas que participaram da pesquisa, evitaram contar o momento do flagrante policial e os motivos das MSE. Foi necessário deixar a entrevista acontecer sem perguntas sobre este momento difícil, até que fosse possível um relato mais confidencial sobre temas como infância, adolescência, pai, mãe, irmãos, para que os motivos dos delitos viessem à tona com mais naturalidade. As razões das dificuldades para falar de suas vidas são muitas, porque a população juvenil feminina, negra e pobre, enfrenta mais desigualdades, racismo e violências diversas do que os demais segmentos da população. Das três jovens entrevistadas, duas engravidaram na adolescência e as razões são atribuídas mais à problemas da vida familiar, ao 'azar do destino'. Entre muitos dados de gênero do IBGE (2010), há um sobre jovens negras entre 15 e 19 anos, que aponta que estas engravidam mais do que as jovens brancas de mesma faixa etária, com taxas de 14,1% e 8,8% respectivamente, dada a maior desproteção social a que as primeiras estão submetidas. (SILVA; BARROS, 2015)

Por sua vez, os jovens revelam uma tendência de expor mais diretamente seus delitos, às vezes até com uma certa exibição sobre o momento do flagrante diante dos policiais, ou depois, diante do juiz, e funcionários executores de MSE. Parecem se perceberem mais como um 'grupo' do que as jovens, estão mais próximos de outros colegas que passaram por estas experiências de conflito com a lei ou de amigos que ainda cumprem MSE. Em dois casos relataram terem morado na rua, em companhia de adultos nesta mesma situação.

Todos os nomes de jovens citados são pseudônimos e há nas falas uma síntese descritiva de cada um(a) deles(as). A idade corresponde até o dia da entrevista, entre outubro e dezembro de 2014. A cidade mencionada na identificação é a de nascimento. A escolaridade indica a última série frequentada ou em andamento. Mantivemos a classificação racial do IBGE que o Projeto Ateliê Escola utiliza em seus relatórios e documentos. Consta também a região de moradia em Campinas e, ao final da referência a cada jovem consta a data da entrevista realizada.

A narrativa oral foi preservada, isto é, as formas da linguagem coloquial, a articulação do discurso cultural do grupo, com as devidas correções ortográficas. Mas há uma construção textual dos relatos que está submetida a processos acadêmicos e históricos, conforme o ponto de vista de análise adotado pelo pesquisador. (GATTAZ, 1996).

## Desafios da Realidade Social e Econômica

Segundo dados do Banco Mundial o Brasil conseguiu praticamente eliminar a pobreza extrema e foi mais rápido que os países da América Latina. Demonstra que entre 2001 e 2013 o número de brasileiros que viviam com menos de 7,5 reais por dia caiu de 10%

para 4%, apontando como um dos exemplos mais significativos de redução da pobreza nesta década graças às políticas públicas como o Bolsa Família (em troca de escolarização dos filhos) ou o Brasil sem Miséria pensado para a população socialmente mais vulnerável. O mercado de trabalho nacional contribuiu neste período com um aumento em 60% das taxas de emprego formal, bem como a evolução positiva do valor do salário mínimo. (EL PAÍS BRASIL, 25/04/2015)

A partir de 2013 esta tendência de queda da pobreza tem diminuído diante da desaceleração do crescimento econômico mundial e nacional. Marcada por uma crise diferente das anteriores o Brasil entra em um período de recessão depois de ter experimentado taxas baixas de desemprego e uma década de avanços sociais e econômicos inéditos. Certas correntes de pensamento econômico e político afirmaram que o modelo de ajuste fiscal adotado pela política econômica federal em 2015 tenderia a piorar a recessão e a destruir o conjunto de conquistas sociais dos últimos anos caso não ocorressem mudanças no modelo econômico adotado pelo governo. (MELLO, 2015). Como sabemos, em 2016 a crise política, social e econômica se agrava com o processo de impeachment da Presidente Dilma Rousseff e se acentua com o governo interino de Michel Temer.

No século XXI várias cidades do país combateram a desigualdade com programas de políticas sociais federais promovendo o acesso a vários direitos sociais diminuindo as desigualdades, mas diferentes estudos apontam que em Campinas ocorreu o contrário.

Uma das razões pode ser a redução da participação de Campinas no programa Bolsa Família do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDS) destinado a Região Metropolitana de Campinas (RMC), quando o total de beneficiários receberam R\$ 9,7 milhões até dezembro de 2013, com uma média de R\$ 141,30 por família cadastrada. O valor pode variar até R\$ 306 dependendo do tamanho da família, da idade dos seus membros e da renda. A continuidade do be-

nefício depende de manter os filhos ou dependentes menores na escola e a vacinação em dia.

(...) o programa do governo federal tem avançado nas cidades menos populosas da região. Dos 19 municípios da RMC, dez tiveram aumento no número de beneficiários de junho de 2011 a dezembro de 2013. Destas, sete têm menos de 100 mil habitantes (Artur Nogueira, Jaguariúna, Monte Mor, Nova Odessa, Paulínia, Santo Antônio de Posse e Vinhedo). As outras três cidades que registraram aumento de cadastrados são Americana, Hortolândia e Sumaré, municípios populosos e com conhecido problemas sociais. Por outro lado, as outras nove cidades da região reduziram o número de beneficiários, inclusive Campinas — queda de 6,1%. (BACCHETTI, 2014)

O documento ‘Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo de Campinas. Plano Decenal (2014-2024)’ da Prefeitura Municipal de Campinas (PMC) reconhece o aumento da desigualdade social do município nos últimos vinte anos, exatamente ao lado das cidades mais ricas da RMC, como Vinhedo, Valinhos e Holambra, conforme dados citados do PNUD (2013). Campinas supera todos os municípios citados em aumento da desigualdade social, com 0,53 em 1991/ 0,58 em 2000 e 0,57 em 2010, de acordo com o índice Gini, cuja escala mede de 0 a 1 a distribuição de renda.

Trata-se de uma população de 142.562 pessoas, com concentração maior de vulnerabilidade nas regiões sul e leste, conforme dados do Plano Municipal de Assistência Social e a Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência e Inclusão Social.

Quanto às mulheres chefes de famílias, o município tem 11.515 mulheres em situação de alta vulnerabilidade e 18.121 em muito alta vulnerabilidade, em um total de 29.639 mulheres, que se distribuem pelas 5 regiões administrativas do município com uma concentração maior nas regiões sul e leste. Este recorte é relevante, pois as desigualdades de gênero ainda constituem um padrão e um elemento indispensável para se compreender a condição de

vulnerabilidade de seus filhos, crianças e adolescentes. (SIMASE. 2014, p 12 e 14).

São os direitos e a cidadania da população infantil, de adolescentes e jovens que estão sendo diretamente afetados, quando a situação poderia ser mais favorável, caso o Programa Bolsa Família tivesse sido ampliado, para dar um exemplo.

## Vulnerabilidade Social e Território

Apesar de todos os desafios da realidade social e econômica do país e a do município de Campinas, o projeto Ateliê Escola do CEDAP foi capaz de realizar um importante trabalho de inserção social de jovens e adolescentes egressos de MSE.

Os sete jovens que colaboraram com a pesquisa no segundo semestre de 2014, nasceram entre 1993 e 1998, com idades que variaram entre 16 e 21 anos. Em cinco casos as mães, às vezes também as avós, são as chefes de família. Duas jovens e um jovem já são pais desde a adolescência. Uma delas vive com o companheiro, a outra com a mãe, e o rapaz vive com a companheira que tem outro filho, mais o filho do casal.

Os quatro jovens passaram pela Fundação Casa, antes cumpriram a fase de Unidade de Internação Provisória (UIP), dois saíram da internação provisória para cumprimento em Liberdade Assistida (LA).<sup>6</sup>

Frequentando a escola, duas jovens, uma na 9ª. série e outra na 6ª. série, cinco sem continuidade de estudo após o cumprimento da MSE. Em termos de trabalho, apenas uma jovem estava em fase de experiência e

teria a carteira assinada, se aprovada. Portanto, seis estavam sem trabalho, três disseram já terem feitos 'bicos'. Durante os relatos sobre a infância e adolescência percebe-se como é comum as jovens trabalhem dentro de casa ou informalmente para outras mulheres para ajudar a família.

Quanto à moradia, três dos jovens vivem com mãe e irmãos, destes dois em casa do Minha Casa, Minha Vida, em regiões diferentes. Outro mora em um conjunto da COHAB, todos com mudanças recentes de moradia. O quarto rapaz vive em uma ocupação com a companheira e dois filhos. Duas das moças vivem em casa de aluguel, uma delas com o companheiro e a filha e a outra com a mãe e a filha, a terceira jovem entrevistada é solteira e mora em casa própria com a mãe e irmão mais velho.

É possível perceber o processo de desterritorialização pelo qual passam estes jovens quando observamos a partir da data de nascimento até a data da entrevista a quantidade aproximada de vezes em que relatam mudanças de endereço. Em três casos atinge uma média de dois a três anos, as razões são várias e podem se sobrepor, como valor do aluguel, despejos, troca ou perda de emprego, fuga da violência, em geral tráfico de drogas, mas todas tem em comum a pobreza, a vulnerabilidade social. Esta vulnerabilidade de condições de moradia na formação da juventude são menos problematizadas do que a realidade escolar e a de trabalho pelas pesquisas sobre a população juvenil.

Mas outras experiências de rupturas podem fazer parte deste modo de vida provisório mesmo que não ocorram tantas mudanças de endereço. Dois dos jovens que tiveram muitas moradias passaram por acolhimentos institucionais antes de acontecer o conflito com a lei devido à perda da guarda da mãe ou entrega de filhos para abrigos devido à pobreza ou negligência. A perda da guarda de filhos pela mãe pode ocorrer várias vezes para um mesmo indivíduo, devido à dependência de substâncias psicoativas, por exemplo, com separação também entre irmãos menores. Em

<sup>6</sup>Um destes jovens, por ter completado a maioridade, cumpriu pena em uma penitenciária. Dois deles foram pegos pela polícia três vezes, um outro seis vezes. As três jovens cumpriram Prestação de Serviço à Comunidade (PSC) através de organizações sociais executoras de MSE que fazem parte da rede socioassistencial de Campinas.



um dos casos uma jovem não soube precisar o número de vezes em que isto aconteceu, mesmo tendo moradia estável, dada a dramaticidade das experiências vividas desde a infância.

O sofrimento é visível e estes processos de incertezas, de desproteção social que acompanham estes adolescentes e jovens são compreendidos como infortúnios pessoais e familiares. Esta fragmentação contínua do cotidiano prejudica o processo de desenvolvimento da infância e adolescência em que deveriam se tornarem sujeitos e uma das razões seria a falta de uma ‘casa’ acompanhada de um “*ethos* confortável e sustentador” (...) e esta realidade está na “raiz dos muitos processos agressivos de retribalização” da sociedade contemporânea, conforme Figueiredo (1995:9, 10).

O Projeto Ateliê Escola destacou as situações de maior vulnerabilidade, geralmente cumulativas em dois ou mais itens no período de 2011 e 2012, quando atendeu 80 egressos de MSE. O maior número de conflito com a lei é o de tráfico (30), uso de substâncias psicoativas (SPA) (26), fragilidade de vínculos familiares (10), situação de rua (6), saúde mental (2), entre outros (6), menos frequentes. (INDICADORES PROJETO ATELIÊ ESCOLA, 2011-2012)

No período de 2013 a 2014 o Ateliê Escola tinha por objetivo atender 60 jovens e adolescentes, atendeu 58 mais seus familiares, em um total de 200 pessoas, a maioria vivendo em áreas de segregação social. A faixa etária com maior número de egressos foi de 17 a 20 anos (81%) e com vulnerabilidades muito semelhantes ao período anterior.

## A Descoberta da ‘Casa’ CEDAP

Faz parte do trabalho dos educadores do Ateliê Escola irem até a Fundação Casa e às entidades executoras da rede socioassistencial de MSE para convidarem

esta juventude, em geral na forma de palestra, para participarem do projeto em arte educação no CEDAP. O fato de serem visitados, ouvir os objetivos do projeto e decidirem se querem frequentar livremente ao final das MSE é algo que fica marcado na lembrança e cria um desejo de refazer a história de vida.

(...) eu não gostava de traficar, tinha vergonha de mim mesmo, mas ninguém dava trabalho pra mim. (...) quando as donas daqui [Ateliê Escola] foi me visitar lá na Fundação, eu chorei demais. Chorei demais, elas dá uma **força** para você que, tipo assim, se fosse uma pessoa da família não dava. (Abraão, 17 anos, Campinas, 6ª série, pardo, Região sul, 21.10.2014) (grifo nosso)

(...) comecei a mesma coisa, usar droga e usar droga, ficar roubando. Aí eu fui preso e fiquei um ano e três meses, conheci lá a [Educadora Ateliê]. Foi aonde que eu me interessei e falei: ‘Vou sair e vou procurar aonde é este CEDAP aí, que **vou melhorar**’. Coloquei na mente que ia melhorar aí. (Luís, 21 anos, Campinas, 6ª. Série, pardo, Região Sul, 13.10.2014) (grifo nosso)

Estes jovens estão em um lugar onde se está privado de liberdade, apartado da vida social, mas se imaginaram em um ‘espaço’ que poderia vir a ser o seu lugar no mundo, o CEDAP.

A noção de ‘espaço’ é uma relação permanente entre o exterior-interior do homem e ela pode ser ‘horrrível’, tornar-se um ‘pesadelo’ e esta é uma questão central da modernidade contemporânea na qual a incerteza é uma das marcas centrais. ‘O medo é aqui o próprio ser. Então, para onde fugir, onde se refugiar? Para que exterior poderíamos fugir? Em que asilo poderíamos refugiar-nos?’ (BACHELARD, 1988. 221).

São indagações de qualquer indivíduo contemporâneo, dentro ou fora das grades. Entre adolescentes e jovens privados de liberdade esta questão pode se colocar mais intensamente. O desafio do sujeito no mundo é existencial e este deseja organizar seu uni-

verso, viver referenciais culturais e morais, ser capaz de lidar com o mundo exterior, com a vida pública e necessita, portanto, de um '(...) relativo distanciamento dos acontecimentos do mundo lá fora (...)'

(FIGUEIREDO, 1995:5).

(...) [a executora de MSE] me indicaram o CEDAP. Aí voltei pra casa da minha mãe [na casa do pai durante a MSE, outro bairro]. Não pude ir na palestra que eles [Educadores Ateliê] deram lá, mas é bem-vindo. (...) conheci um pouco mais do Projeto, conheci a casa e comecei a frequentar. (...) eu entrei e me apaixonei. (Leila, 18 anos, Campinas, 1º. EM, parda, Região Sudeste, 20.10.2014)

Diante de muitas evidências nos depoimentos é possível perceber que a 'Casa CEDAP' passou a ser um espaço de imaginação de projetos de vida, de descobertas de outras referências socioculturais. O significado de 'ethos' e de 'casa' são próximos, com 'códigos, valores, ideais para consigo mesmo e para com os outros, algo equivalente a moradia'. As casas para serem 'protetivas, sustentadoras, acolhedoras' tem de ter a dimensão material e a dimensão simbólica, proporcionada pelo 'ethos'. (FIGUEIREDO, 1995:4,5).

O projeto Ateliê Escola propiciou este lugar 'exterior' em um período crucial da vida dos jovens, onde buscaram 'força' para 'melhorar' na volta ao 'mundão lá fora' após as MSE. Família e Ateliê Escola têm a chance de se integrarem neste repensar de vida, para resgatar vínculos abalados por conflitos, tecendo associações afetivas antes muito marcadas por medos e desconfianças mútuas.

As oficinas de arte passam a ser sinônimos de encontros e de sensibilidades lúdicas, um explorar de novas possibilidades subjetivas e sociais uma vez que estes jovens egressos foram crianças e adolescentes invisíveis na cidade. São reconhecidos na vida pública somente quando cometem o ato infracional, só então passam a serem notados, mas como 'ameaça' e 'perigo' ao 'bem comum' e a estigmatização continua mesmo depois de terem cumprido as MSE.

As barreiras sociais para estes jovens que cumprem MSE são piores que as da população jovem pobre do país que está ingressando em um mundo de trabalho social 'revirado', obrigados a construir trajetórias de vida muito diferentes das gerações anteriores que vivenciaram a racionalidade do 'mundo fordista' dentro e fora da fábrica. (TELLES, 2006)

Cerca de 54% dos 80 egressos atendidos pelo Ateliê Escola buscaram trabalho no período de 2011 e 2012, somente 14% permaneceram empregados. Os que não permaneceram alegaram dificuldades em se adaptarem aos postos de 'subemprego', às 'ordens', aos 'horários', assim como às barreiras da 'baixa escolaridade'. (INDICADORES PROJETO ATELIÊ ESCOLA, 2011-2012)

O Ateliê Escola, ou qualquer outra organização social semelhante, não pode dar conta de todas as variáveis socioeconômicas envolvidas nesta complexa realidade, mas ao reconhecê-los como sujeitos de cultura estimula uma partilha de interesses comuns, de solidariedade para com o Outro, podem construir algumas bases individuais para enfrentarem momentos difíceis, como recaídas devido à dependência de substâncias psicoativas (SPA) ou de outros tipos de crises, como econômicas, e familiares.

Eu vim aqui a primeira vez e foi maior legal! Eu gosto das oficinas, gosto muito do pessoal mesmo. É porque não é de hoje, já faz três anos que eu estou aqui no Ateliê Escola (...) comecei a fazer uns projetos aqui. A minha primeira coisa que eu fiz foi um mosaico. Nossa! (...) gostei pra caramba. (...) Eu penso que foi assim que eu comecei a criar responsabilidade. (...) eu não tinha esta responsabilidade de ter que estar lá naquele lugar e em tal horário. Fiz várias amizades. (Miguel, 18 anos, Palmeira dos Índios (AL), 7ª série, pardo, Região sul, 15.10.2014)

A 'casa CEDAP', como dizem, passa a ter esta condição de 'essencial' e de 'intimidade' mesmo sem pretender, uma vez que nem sempre foi possível a estes jovens experimentar durante a infância e a adolescência

cia esta ‘maternidade da casa’ de que fala Bachelard (1988), devido à realidade de suas condições de vida marcada por instabilidades de toda ordem. Referem-se ao CEDAP como ‘família’ mesmo sem estarem mais no Projeto.

(...) tinha 15 anos. Eu cheguei em junho e julho eu descobri que estava grávida (...). Eu era rebelde, rebelde, nossa! (...) tão briguenta que eu era (...) eles [Educadores Ateliê] me acompanhou em tudo. (...) foi o que me mudou totalmente. O CEDAP foi o que fez a diferença, eu era muito preguiçosa (...) eu me encontrei no mosaico. (...) Faço outras coisas, mas o mosaico é o que mais me chama. (Ana, 19 anos, nasceu Campinas, 1º. EM, parda, Região Norte, 17.12.2015)

Além de Ana, outros jovens afirmaram que no Projeto Ateliê Escola precisaram decidir se queriam ficar ou não, diferente das organizações sociais executoras de MSE, onde a presença é compulsória e convivem com muitos jovens e adolescentes ‘revoltados’ com a pena recebida em LA, sem disposição de aceitar os termos da justiça. Outros depoimentos também levantaram esta questão, da existência de resistências ao cumprimento das medidas socioeducativas. Por outro lado, disseram também que o ‘clima de desconfiança’ por grande parte dos profissionais de entidades executoras de MSE em relação a eles dificulta a convivência entre todos. A existência do pré-conceito é bastante arraigado contra jovens pobres, em sua maioria negros e negras, e naturaliza a ideia de periculosidade desta população juvenil, independentemente de suas histórias de vida e das penas a cumprir. A mídia, por sua vez, difunde a ideia cotidiana de que esta população juvenil é violenta, reforçando a associação entre pobreza e crime.

Desde a época da FEBEM há um reconhecimento em documentos oficiais de que há um estereótipo historicamente arraigado contra jovens e adolescentes em instituições de atendimento socioeducativo. A crítica de muitos estudiosos é contra as ‘formas simples’, preconceituosas, com que o problema, mesmo atual-

mente, é tratado no plano concreto das instituições. (MASSARO, 2010: 223,224; PADOVANI; RISTUM, 2013: p 982-983; SILVA; LEHFELD, 2015: p 83-84)

A principal estratégia do Ateliê Escola é um acolhimento incondicional das demandas trazidas pelos adolescentes e jovens e de suas histórias de vida, carregadas de violências e violações de direitos.

Os adolescentes e jovens contaram, portanto, com uma ajuda profissional individual e coletiva, incluindo os familiares em momentos de conflitos diversos. Criaram uma mediação processual para dar outra qualidade às relações entre pais, irmãos e aqueles que são considerados socialmente ‘perdidos’.

(...) minha mãe desabava a chorar porque a filha dela tinha ido para o mau caminho, que eu era a única que podia dar orgulho para ela e fui fazer tudo isso de errado. Aí fui me acostumando e sabendo que [o CEDAP] era um local que eu podia encontrar pessoas que iam estar me acompanhando (...) Eu falo que eu sou CEDAP, continuo CEDAP. (Ana, 19 anos, Campinas, 1º. EM, parda, Região Norte, 17.12.2014)

O CEDAP passa a ser este espaço que se busca constantemente, que estimula uma ‘consciência imaginante’, uma ‘solidão positiva’, um ‘fenômeno de liberdade’ para quem desejar habitar em suas diferentes significações sociais.

Mesmo quando a trajetória do jovem entra em outra etapa da vida, como a maioridade, por exemplo, o CEDAP pode ser transformado em ‘valores de permanência’ no sentido da cultura do habitar, enquanto ‘casa’, torna-se memória afetiva, um passado para recordar e continuam como referências de uma ocupação de si mesmos como sujeito também no espaço público. A casa pode ser uma das maiores forças de integração para os pensamentos, as lembranças e os sonhos do homem: ‘Sem ela o homem seria um ser disperso’. (BACHELARD, 1988:26)

## Projeto Ateliê Escola e Espaço Público

É notável a mudança destes jovens também em relação ao espaço público quando se observa os relatos da infância, na maioria das vezes nas ruas, quando quase todos tem lembranças e descrevem brincadeiras muito semelhantes, mas também registros de perigos. Mesmo nos casos em que ocorrem tantas mudanças de moradia, de vida, a busca por vivências lúdicas e de novas sociabilidades são marcantes. Tendo em vista as condições de vida, em geral os pais ou responsáveis não estão por perto. Alguns dos jovens contaram em detalhes como, à medida em que cresceram se envolveram com atos infracionais que, no início, são ‘por brincadeira’ (entrar escondido em cinema, roubar doces e lanches em supermercados, etc.). Quando adolescentes, outras necessidades passam a fazer parte de sua vida e de seus círculos de amizade, conhecem grupos mais organizados para efetuarem experiências iniciais com roubo, fazer tráfico ou consumo de substâncias psicoativas. Começam a participar destes delitos para poderem consumir desde roupas, tênis, irem a festas, circular em diferentes pontos da cidade, por exemplo. Mesmo tentando manter a frequência na escola ou ‘fazer um bico’, o flagrante policial acontece e pode virar uma trajetória repetitiva de cumprimento de MSE até atingir a ‘maioridade’, reduzida recentemente, como vimos. Daí a importância de existir políticas públicas de acompanhamento pós cumprimento de medidas, conforme recomendação de inúmeros estudiosos e profissionais da área da educação socioeducativa, que sublinham não só a sua ausência, como também a falta de dados confiáveis e estudos mais sistematizados sobre este segmento da população juvenil. (MASSARO, 2010; PADOVANI; RISTUM, 2013; QUEIROZ, 2015)

Um caso extremo é o de André, que passou por várias instituições de acolhimento institucional na infância,

LOPES, D.A. » DESAFIOS DO PROJETO ATELIE ESCOLA  
cumpru MSE como interno até ser preso em uma penitenciária, com a maioria. Como ele, muitos não conseguem participar de um projeto de educação não escolar, a não ser que este os sustentem integralmente, dada a situação individual e familiar em que se encontram. Este é um exemplo que denuncia a falta do atendimento público, a desproteção social a infância e a juventude. Incluindo aquela que atinge a maioria, sem acesso a programas governamentais específicos a egressos de MSE, seguem sem condições de acessar individualmente o mercado de trabalho, o atendimento à saúde, a vida escolar ou a produção cultural, entre outros direitos previstos em lei. Lamentou que o Ateliê Escola não fosse igual ao tratamento que recebeu como interno na Fundação Casa.

O CEDAP podia dar mais atenção, porque está precisando (...) tem a condição, tem muito dinheiro. [Na Fundação Casa] tinha curso de hip hop, dança, capoeira, tinha lá (...) tinha uma pá de coisas. (...) nós fazia curso lá de chapeiro, panificação, eu mesmo tenho sete diplomas. (...) de panificação, tenho três de informática. (...) É que eu tenho passagem na cadeia. Fecha a porta na cara mesmo, não dá não. (André, 20 anos, Campinas, 6ª. Série, negro, Região Noroeste, 14.10.2014).

Outros casos deram ideia de como a Fundação Casa pode se tornar o único lugar de referência para a sobrevivência de muitos dos jovens. Precisam morar, viver como internos, sem ser sujeito no mundo. Terá abrigo, mas não será um estar sereno, confiável, que propicia a condição do livre pensar, do experimentar, que a intimidade ou maternidade de uma ‘casa’ deve dispensar para que estes jovens descubram maneiras próprias de enfrentar a vida social contemporânea.

Fiquei na delegacia com o policial e a minha mãe. (...) Eu fiquei chorando pra minha mãe e falando: Mãe te amo. (...) e não importa o que eu passe lá dentro, a senhora sabe que fome e frio eu não vou passar, né? Que é duas cobertas pra cada um, tem época que é três, quando está muito frio mesmo. Aí tem o café da manhã, o lanche da escola, o almoço, a janta e o café da noite. (...) sobremesa

e o suco. (...) tinha uns doces de vez em quando, tinha umas frutas, umas bolachas boas ainda. (Abraão, 17 anos, Campinas, 6ª. Série, pardo, Região sul, 21.10.2014)

(...) eu conheci um menino aqui [CEDAP] que, assim, acaba que a Fundação Casa para ele é o melhor lugar. Ele não tem família, o pai matou a mãe, não sei quem matou o pai, ficou sem família. Ele vem pra rua e, vamos supor, (...) não tem como se manter e acaba roubando e vai preso de novo. Ele dizia: 'lá dentro eu tenho, querendo ou não, um lugar pra eu dormir, um lugar pra eu comer', acaba ficando na 'FEBEM'. (Ana, 19 anos, Campinas, 1º. EM, parda, Região Norte, 17.12.2015)

Com uma condição de vida estável, a menina Leila passou a infância 'livre' brincando muito na rua devido a mãe cuidar mais do irmão mais velho, que trabalha e estuda mesmo sendo portador de deficiência física. A separação dos pais foi um fato marcante em sua infância. Pela sua narrativa percebe-se que não há problemas econômicos graves na família da mãe ou do pai. Após se envolver com venda de drogas para conseguir 'dinheiro próprio', foi pega pela polícia. Encaminhada para cumprir medidas socioeducativas com prestação de serviço à comunidade (PSC), o pai a levou da casa da mãe para a casa da madrasta em outro bairro, temeroso com recaídas e a segurança da filha.

(...) na época foi muito difícil, muito difícil, [separação pais] acho que pra ninguém é fácil, né? (...) eu brincava na rua, foi boa [a infância], foi muito boa, eu adorava, sempre gostei de lá [bairro onde mora], tanto que voltei. (...) minha mãe sempre me deixou (...) basicamente eu fazia o que queria (...) eu tinha meus amigos, então qualquer coisa que eu fizesse com eles estava bom. (...), jogava bola, sabe? Esconde-esconde a noite, aff, é muito bom. (Leila, 18 anos, Campinas, 1º. EM, parda, Região Sudeste, 20.10.2014)

Percebe-se que a maioria dos jovens após vivenciarem o cumprimento das MSE e depois o Projeto Ateliê Escola, associam o CEDAP também ao espaço público, desta vez como autores de seus trabalhos em bazares,

exposições, que inclui apresentações musicais, além de passeios, que podem ser em uma praia, parques públicos ou em parques de diversões da região, e não mais sobre situações de conflito com a lei quando são pegos pela polícia pelas práticas de roubo, tráfico, fugas, brigas, etc.

(...) eu ficava fascinada porque as minhas coisas sempre eram as primeiras a serem vendidas. Eu adorava, a gente fazia duas vezes por ano, a gente fazia um bazar e juntava esse dinheiro do bazar e no final do ano sempre fazia um passeio. (Leila, 18 anos, Campinas, 1º. EM, parda, Região Sudeste, 20.10.2014)

Eu lembro que a primeira caixa que eu fiz de mosaico, eu usei umas peças assim tão grandes de azulejo. (...) fui fazendo e pegando gosto. Na hora que eles [Educadores Ateliê] viu o final da caixa, nem eles acreditou, ficou assim muito linda. (...) Tanto que eles usou para esta imagem que eu fiz como o convite, que ia ter uma feira e foi, a foto foi o convite. (Ana, 19 anos, Campinas, 1º. EM, parda, Região Norte, 17.12.2014)

Nestes momentos, quando as famílias participam, reconhecem em seus filhos qualidades desconhecidas, passam a valorizar e a experimentar também convivências novas no espaço público em exposições ou um piquenique. Portanto, 'habitar', também é participar da vida social, de uma comunidade, ou cidade, significa habitar o mundo, 'existir-com-outros' e não apenas 'estar' em um espaço vazio de significados e de percursos singulares. (LUVIZARO; GALHEIGO. 2011, p 196)

E os objetos criados, por sua vez, como pinturas, mosaicos, esculturas de pedra sabão, podem ser considerados 'objetos-sujeitos'. Guardados nos armários para uma exposição pública, estão repletos de valores, segredos, de subjetividades criativas que desabrocham sujeitos. A descrição dos objetos é um importante indicador para compreender a história individual e da

família, e significações sociais entre um passado e um futuro próximo, ‘nascem de uma luz íntima’. (BACHELARD. 1988: 92,93)

E se reconhecermos este grupo de jovens entrevistados como portadores de cultura, de cidadania, vemos como têm a contribuir quando estimulados a opinar sobre a vida pública e a cidade em que vivem. Há um desejo de opinar, participar de decisões em seus territórios, mas não há poder público presente o suficiente para incluí-los, para levar em conta a visão de mundo destes jovens. Alguns deles se sentem impotentes para sugerir algo diante da falta de acesso à cidadania e à cultura em seus territórios.

Rosária, da região sul, preferiu não opinar, se achou sem condições de falar sobre o tema. André, da região noroeste, também achou melhor nada dizer porque ‘é tudo a mesma coisa’, ao referir-se ao poder público municipal, estadual e federal que ‘só manda’, não ouve. Abraão, por sua vez, da região sul, preocupou-se em destacar que, se pudesse, providenciaria uma bolsa para que pudessem ‘comprar pelo menos uma roupa, um tênis, para as crianças não pensar em roubar. Eu ia fazer um parquinho (...). Tipo área de lazer, fazer aula de natação.’

Leila da região sudoeste da cidade observa que vive em um lugar que não tem muitas coisas para fazer, depois emenda, ‘não tem nada’, deveria ter ‘umas coisas mais culturais’. Afirma que ‘tem o básico para sobreviver’, posto de saúde, creche, escola. Gostaria de atividades para as crianças não ficarem na rua, como centros esportivos e teatro. Existe um shopping center no bairro, com cinema, mas ‘não faz diferença’ para as crianças e jovens pobres do lugar.

Miguel demonstrou interesse em falar sobre seu território, região sul, também gostaria de ter poder para ‘tirar as molecadas da rua’, dar um espaço de lazer, um campo de futebol, por exemplo. Conta que os meninos precisam pular o muro da escola para ter acesso à única quadra do bairro. Percebe-se que a escola apa-

rece como um equipamento público distante e estranho à comunidade. Entende que a primeira coisa que deveria ter é uma quadra de esportes e uma área de lazer, acrescenta indignado: ‘não tem uma praça lá no nosso bairro!’

Luís se disse preocupado com a repressão e a violência, ‘o pior é a rua’ na cidade e na região sul onde mora. E diferentemente dos demais, acentuou a importância das escolas para ajudar a resolver o problema da falta de opções de esporte e lazer para a juventude. O grande problema é que estão ‘quebradas’, ‘eles’ [poder público] deveriam ‘dar mais atenção, ver as escolas como é que tá, tá quebrada e vamos deixar do jeito que está?’ Pensa que poderiam estar abertas para brincar, jogar bola, ter esporte. Explica que flagrou dois meninos quebrando uma escola do bairro e chamou a atenção, dizendo que a escola um dia poderia servir para seus filhos ou para seus irmãos. Mas foi xingado pelos ‘moleques’ de ‘zé povinho’ e explicou que quer dizer ‘caguetar’, ser um ‘dedo duro’. O mesmo aconteceu quando tentou impedir de pixarem a escada do condomínio em que mora, do Minha Casa Minha Vida. ‘Não faz isso aí mano, ficar pixando aí o bagulho, vai ficar feio para nós mesmos’. Não adiantou, foi xingado e acredita que é por ‘falta de governo’ que deveria cuidar melhor do bairro e das pessoas, especialmente as que passam mais necessidades. Conta que sua família passa por apuros, mas que tem pessoas que passam mais. Referiu-se a uma vizinha ‘senhorinha’ que é catadora e viúva, com quatro filhos, levou arroz e feijão uma certa vez a ela, que tirou da cozinha da mãe. Depois disse à mãe porque fez isto, porém foi pressionado a não repetir o feito, mas a situação da vizinha perturba visivelmente Luís. ‘Falta, tipo, eles [poder público] entrarem em uma comunidade e ver como que é’.

Ana, da região norte, demonstra igualmente desconforto em não ter como influenciar na situação de crianças e jovens que ficam sem atenção pelas ruas, quer dizer, sem acesso a políticas públicas apropriadas para estar no espaço público em que vivem.

Acho que se o nosso governo cuidasse mais dos nossos jovens e das nossas crianças, não estaria desta forma. (...) não tem atividade nenhuma, ‘male má’ consegue uma creche. (...) vai para a rua e, se vai pra rua, acaba. (Ana, 19 anos, Campinas, 1º. EM, parda, Região Norte, 17.12.2014)

Destacou o papel do CEDAP, dizendo que havia crescido muito, conseguiu trazer mais jovens após as MSE, mas acha que ter uma sede no centro e uma regional na periferia não seria suficiente, gostaria que houvesse um em cada região e atender a todo este público com seus projetos educativos não escolares. Esta afirmação se deve ao fato de não conhecer qualquer outra ação semelhante do poder público.

Interessante observar que todos os egressos de MSE tem o desejo de ‘tirar’ crianças e jovens da rua, diante da segregação socioterritorial que vivenciam, sem clareza dos direitos previstos em lei, inclusive o direito à cidade. A noção de vida pública que possuem sobre lazer, esporte, cultura e outros são, em grande parte, as descobertas vivenciadas com a equipe do Ateliê Escola.

As desigualdades territoriais, devido ao modelo de urbanização do país se somam às desigualdades de gênero e raciais, domicílios sem esgoto, precária mobilidade para os jovens circularem pela cidade. O Mapa da Juventude da Cidade de São Paulo de 2014, com jovens entre 15 a 29 anos, pertencentes a famílias pobres e negras, confirma que estes são os mais afetados por um alta densidade domiciliar e péssimas condições de habitação, conforme Souto (2016:14)

Grupos e coletivos juvenis mais organizados de diferentes regiões de São Paulo questionam a concentração de oportunidades e de recursos na região mais central da cidade, as dificuldades de circulação e acesso aos equipamentos culturais, o genocídio da juventude negra, o racismo, a violência policial entre outras questões cruciais. Mesmo assim há um ‘forte

vínculo com o território, e esse sentimento de ‘pertencimento’ que no caso ‘realimenta a atuação em prol das melhorias do lugar.’ (SOUTO, 2016:15)

Enquanto em São Paulo percebe-se um engajamento de jovens em processos políticos-culturais querendo ‘uma rua melhor para as crianças’, em Campinas os jovens egressos de MSE querem protegê-los das ruas, provavelmente devido às suas experiências passadas de exposição a diversos tipos de violências e conflitos com a lei. Em comum esta população juvenil deseja o mesmo, o acesso a um espaço público passível de ser habitado, mais protegido e humanizado.

## Educação, Trabalho e Arte-Educação

A educação escolar e não escolar estão em um universo complexo e heterogêneo de atuação e de debate, muitas vezes tratadas de forma estanque. Mas ambas – educação escolar e não escolar - estão em campos de forças que enfrentam uma tensão contínua de interesses, nem sempre desvelados, entre uma formação humanista, baseada na concepção de direitos sociais e de cidadania participativa da juventude, voltada para uma sociabilidade solidária e historicamente situada; e outra formação baseada em uma racionalidade instrumental, com ênfases em treinamentos rápidos, destinados à juventude pobre com baixo acesso ao mercado de trabalho formal e à uma educação de qualidade.

As estreitas relações entre a educação escolar e a não escolar podem ser percebidas quando os egressos decidem frequentar o CEDAP. O projeto Ateliê Escola, único no estado de São Paulo no atendimento após o cumprimento de MSE, preencheu um vácuo importante entre 2011 e 2014. Mesmo em condições socioeconômicas adversas, centrou a educação não escolar para adolescentes, jovens e suas famílias, com

uma concepção de educação de criação de sentidos socioculturais nos espaços vividos em uma ‘casa’ que desenvolveu o direito a uma maior relação consigo mesmo, com a vida familiar e com o espaço público.

Um dos graves problemas da educação escolar dentro das unidades de internação, por exemplo, é a sua subordinação às normas da segurança, onde predomina entre funcionários e internos uma sensação geral de desconfiança, tensão e imprevisibilidade, e grades, muros, cadeados, portas de ferro, separando a sala de aula dos demais espaços de encarceramento (ALMEIDA, 2013: 152, 155). Isto é, a segurança está acima do projeto pedagógico, há a imposição da escolaridade mas com proibição de leitura nos alojamentos ou acesso a certos materiais didáticos fora do horário da aula, o que fere qualquer princípio de formação escolar, socialização e humanização do sujeito social (PADOVANI; RISTUM, 2013: 976).

Estudos sobre oficinas profissionalizantes que acontecem no cumprimento de MSE no período de internação, inclusive na internação provisória, também são muito problematizadas porque os adolescentes ‘são treinados para continuar ocupando papéis subalternos na esfera da produção’, trata-se de uma ‘gestão da pobreza’. Se este jovem cumprir três anos, as oficinas se repetirão, muitos egressos afirmam que eram ‘obrigados’ a ‘optar livremente’ por um curso, professores confirmam esta situação e não se considera alguma dinâmica pedagógica, mas um monitoramento para manter a ‘casa’ na rotina, na tranquilidade, ou como dizem os jovens, são para ‘ocupar a mente’. Os certificados são vários e emitidos pela Fundação Casa, porém são estigmatizados e acabam sendo silenciados pelos seus portadores após saírem da instituição. (MASSARO, 2010: 225, 230).

O Ateliê Escola valorizou a continuidade da escolarização apesar de diversas dificuldades relatadas, como conseguir vagas em Escolas nos bairros dos jovens egressos de MSE, a maioria foram para o supletivo. A equipe evitou responsabilizar os jovens pela falta de

‘sucesso’ individual que o ideário educacional neoliberal dominante preconiza. Problematizou ainda no cotidiano a concepção educacional estimulada pela cultura de consumo vigente, com ‘rápido desenvolvimento tecnológico, uma instantaneidade temporal (...) e uma multiplicidade de necessidades descartáveis’ (PADOVANI & RISTUM, 2013: 971).

Quer dizer, situou-se em meio à disputa entre uma concepção de cidadania que significa ‘direitos’ e que deveriam ser garantidos pelo Estado e outra que considera a cidadania como assistencialismo, como ‘prática’, ‘déficit’ de formação, ‘ensino de’ no sentido de ‘regras de convivência, do respeito’, de ‘civildade’, esvaziando o sentido político de proporcionar a inserção dos jovens e adolescentes nas ‘condições de vida da polis’ (SPOSITO, 2008). A tensão entre estes dois projetos políticos e éticos marcam iniciativas muito diversificadas tanto em escolas como em organizações sociais.

Almeida discute vários autores e sintetiza algumas questões sobre a educação ‘não escolar’ que contribuem para compreender o campo de tensão em que se situam determinados interesses político-educacionais. A autora sublinha a heterogeneidade destes programas educacionais, além de apontar o que chama de ‘escola degradada’ voltada para jovens das classes populares. A alternativa proposta de ‘educação não formal’ é criticada por cobrar ‘empreendedorismo’ e ‘desenvolvimento humano’ das ‘comunidades’, onde faltam políticas públicas vitais, responsabilizando principalmente os jovens pela falta de resultados nestas ações educativas. Denomina estas formas educacionais como ‘nova gestão da criminalidade’ e associada ao ideário do ‘capital humano’, do chamado ‘protagonismo’ juvenil, que expressa a nova fase do capitalismo mundial, pós-industrial, em que o indivíduo é considerado ‘responsável por seus atos e deve buscar soluções para problemas que são estruturais e independem de sua atuação social’. Vários autores sublinham que estes programas são altamente valorizados pela UNESCO E UNICEF. (LOPES, 2012;



SPOSITO, 2008 apud ALMEIDA, 2010: 76)

Neste universo muitas políticas educacionais que contam com uma rede de organizações sociais extensa continuam ancoradas na concepção de desenvolvimento industrial fordista, vendo a educação como meio de ‘ascensão social’, como nas décadas de 1950 e 1960. Outra tendência comum neste campo de atuação é associar as atividades de educação não escolar ‘exclusivamente’ ao controle social, própria da cultura autoritária a ser aplicada à juventude pobre, privada de acesso à cultura e outros direitos básicos, herança do regime militar.

O contexto de discussão que situa as políticas públicas para a juventude no Brasil no campo dos direitos humanos estão na agenda oficial desde a redemocratização do país sendo o ECA (1990) uma das conquistas em termos de marco legal. Porém, atualmente as conquistas estão sendo bastante criticadas dada a tendência conservadora que avança nos últimos anos, como a questão da redução da maioridade penal.

(...) a juventude é invisibilizada nas políticas públicas e conseqüentemente nos orçamentos, pois o pouco que se vê são apenas iniciativas marginais, que não vão ao cerne de questões graves, como o genocídio da juventude negra, para a qual se deveriam destinar recursos para políticas educacionais, de trabalho e renda, e de transporte que contassem com a participação de jovens em sua concepção, execução e avaliação. (MANHAS, 2015)

Segundo a OIT os jovens da América Latina e Caribe quando encontram um emprego geralmente é informal, com baixos salários, e com pouca ou nenhuma proteção social e acesso a direitos. De cada 10 empregos disponíveis para jovens na região, 6 são informais, mesmo tendo mais escolaridade do que em outros períodos históricos. Os mais atingidos pela informalidade são os que trabalham no campo, mas a situação geral aponta que os mais atingidos são os trabalhadores mais jovens e mais pobres. Esta correlação entre informalidade, pobreza e exclusão social

tem efeitos danosos no curto e no longo prazo da vida profissional destes indivíduos. (BRASIL DEBATE, 2015)

No caso de jovens egressos de medidas socioeducativas a oportunidade de emprego é muito mais remota e se isto se tornar possível, fará parte deste exército de jovens trabalhadores informais. Em geral não querem participar deste mercado de trabalho incerto e repetir a trajetória de ‘fracassos econômicos de seus pais, (...) sua biografia de infortúnios’ (SOARES, 2006 apud MASSARO, 2010: 225)

A educação escolar está distante da realidade desta juventude pobre e este problema vem sendo apontado há tempos. Em 2002 as pesquisas indicavam que 51% dos jovens entre 16 e 18 anos em privação de liberdade no Brasil estavam fora da escola no momento da apreensão, com analfabetismo (6%) e defasagem entre idade e série de 89,6%. (PADOVANI, RISTUM, 2013, p 974)

O Brasil tem 46,6 % da sua população total composta por crianças, adolescentes e jovens de até 29 anos de idade, segundo o PNAD 2013. Mesmo com todos os avanços registrados neste período nos índices de escolaridade e de inserção no mercado de trabalho, entre os jovens de 15 a 29 anos de idade, praticamente um em cada 5 não trabalhava e nem estudava. No grupo de 15 a 17 anos esta proporção foi de 10,2 % e entre aqueles com 18 a 24 anos chegou a 24, 0% dos jovens, e para aqueles com 25 a 29 anos de idade o indicador foi de 21,8% (gráfico 1.8 e Tabela 1.16). Quase a metade desta população entre 15 e 29 anos (44,8 %) vivia em domicílio com rendimento mensal domiciliar por pessoa que não ultrapassava ½ salário mínimo. (ESTUDOS & PESQUISAS, 2014)

O que se percebe é um processo crescente de criminalização da pobreza. Apesar do ECA estabelecer inúmeros parâmetros para a proteção dos adolescentes e de sua formação, determinando, por exemplo, brevidade e excepcionalidade para o encarceramento como

último recurso a ser aplicado. Mas a realidade é bem outra.

Segundo Almeida (2013) a Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, informou que o número de adolescentes internados continua crescendo, mesmo com a diminuição da taxa de crescimento de anos anteriores. Menciona o 'Levantamento nacional do atendimento socioeducativo ao adolescente em conflito com a lei' (2010), que entre 1996 e 1999 aponta o crescimento de internações em 102%, após a formulação do SINASE em 2006, a taxa aumentou 9,8% até o ano de 2009.

A proporção de adolescentes internados subiu de 2 a cada 10 mil em 1996 para 8,6 a cada 10 mil em 2010, ou seja, um aumento de 317%. A proporção de adolescentes internados é decorrente da maior frequência de aplicação dessa medida e não da maior quantidade de adolescentes na população. (ALMEIDA, 2013: 150,151).

Nos últimos anos a crise econômica e a dívida dos Estados também afeta São Paulo e Campinas, que continuam com superpopulação nas unidades provisórias e nas de regime fechado, além de péssimas condições sanitárias e de habitabilidade em seus edifícios. (CARTA CAMPINAS, 02.07.2015)

## Considerações Finais

O Projeto Ateliê Escola em particular e o conjunto dos projetos do CEDAP se situam neste contexto histórico de lutas democráticas e populares. Construiu-se um método de arte-educação ancorado em políticas públicas baseadas em Direitos Humanos. Traduz-se em defesa de condutas juvenis com cidadania e humanização das relações sociais dos adolescentes e de suas famílias, procurando influir no próprio território, quando da volta do adolescente e jovem egresso de MSE.

Vou falar pra você que se não fosse o CEDAP mesmo, eu não ia ser o que eu sou hoje. (...) eu batia na minha ex-mulher. (...) antes eu não pensava assim (...) na época que eu usava drogas, todo mundo começou a se afastar de mim, até minha família, minha mãe, meu pai. (...) minha mãe não aceitava que eu estava usando drogas não, não queria assumir. (...) a parte que eu estava na Fundação [Casa], fiz minha mãe sofrer, né? (Abraão, 17 anos, Campinas, 6ª. Série, nasceu em Campinas, pardo, Região sul, 21.10.2014)

Este conjunto de relatos, nos revelaram que após as MSE o 'ethos' do habitar foi adquirido no projeto da arte educação. O artesanato, o lúdico, a imaginação tem tudo para continuar na criação de uma 'maternidade' de casa com familiares, sejam filhos, vizinhos, ou irmãos, como fazer pipas com desenhos, mosaicos, pintura, dança, na volta ao território. Em um certo conjunto habitacional MCMV cantar rap, improvisar com crianças e outros jovens, tornou-se uma rotina, praticada antes, no cumprimento de MSE e no Ateliê Escola, indo a público:

(...) a gente fica lá brincando de rima na hora. Aí, eu rimo um pouco e o outro menino rima mais um pouco, daqui a pouco está aquela roda de molecada. Uma pá de menina lá vendo a gente rimar. (...)

(Luís, 21 anos, pardo, Campinas, 6ª. Série, Região Sul, 13.10.2014)

O espaço íntimo, protetor, proporcionado pela casa CEDAP e o espaço público ressignificado pela arte educação são aprendizados diversos, múltiplos, que se combinam o tempo todo em outras relações sociais, não mais propostas pela coordenação e equipe de profissionais, mas que revelou-se no repensar do Projeto Ateliê Escola e a pesquisa foi uma oportunidade para explicitar novas dimensões do trabalho realizado e avaliado pelo conjunto dos educadores.

Estas reflexões são possíveis porque o conjunto do CEDAP procura estar sintonizado com as discussões das Políticas Públicas municipais, estaduais e federais na luta por garantir os direitos previstos em lei, como

no Estatuto da Criança e do Adolescente e no Estatuto Nacional da Juventude. Sendo que desde a sua fundação faz parte da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG), onde aprofunda, por um viés progressista, discussões em cursos e oficinas de interesses nacionais ou específicos de OS, para citar um entre outros espaços civis organizados em que está presente.

O Projeto Ateliê Escola, por sua vez, participou da organização da Conferência da Criança e Adolescente (abril 2015) e da Conferência da Juventude (agosto 2015) para fortalecer a proteção social no município. Representantes do projeto Ateliê Escola – Convivência e Arte, contribuíram em 2015 para o XII Encontro ABRAPSO Regional São Paulo, que aconteceu em Santos, em março. O encontro organizado pela Associação Brasileira de Psicologia Social teve como tema a “Práxis em Psicologia Social: Desafios e Perspectivas”. Apresentaram três trabalhos nas modalidades de “comunicação oral”, “compartilhando a práxis”, e “pôster”: “Ateliê Escola: o pioneirismo no atendimento de adolescentes e jovens pós medida socioeducativa”, “Zumbi-lambe: re-existindo na cidade” e “O encontro das famílias no Ateliê”.<sup>7</sup>

Mas esse processo de atuação social, envolvendo o CEDAP e o Projeto Ateliê Escola – Convivência e Arte – sofreu um forte revés, pelo fato da não ocorrência de edital público para o “Programa Desenvolvimento & Cidadania da Petrobrás” (2015-2016), o que acarretou interromper este projeto, único atendimento voltado para adolescentes e jovens egressos de Medidas Socioeducativas do Estado de São Paulo, no espaço do CEDAP. O que acaba por demonstrar o quanto esta forma de proteção social à juventude não avança ou se faz reconhecida no país, conforme comprova igualmente uma bibliografia representativa sobre a educação socioeducativa.

Torna perceptível ainda o quanto organizações ci-

<sup>7</sup><https://ateliéescolaconvivenciaearte.wordpress.com/2015/03/24/atelié-escola-participa-de-encontro-da-abrapso/>

vis como o CEDAP estão limitadas em seu alcance, mas é importante ressaltar que a participação continuada destas – apesar de todas as dificuldades - em uma espécie de ‘observatório de direitos’ do tema, de vigilância política coletiva em redes socioassistenciais, torna-se fundamental para mudanças de paradigmas hegemônicos, constituídos por pré-conceitos cristalizados. (SILVA; LEHFELD, 2015, p 83,84)

Não por acaso o CEDAP é uma ‘marca’ reconhecida entre os movimentos democráticos de defesa de políticas públicas para a infância, adolescência e juventude, em Campinas e região.

## Referências bibliográficas

ALFONSO, Almerindo J. Os Lugares da Educação. In: VON SIMSON, Olga R. de Moraes; PARK, Margaret B.; FERNANDES, Renata S. (Organizadoras). *Educação não-formal: cenários da criação*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP/ Centro de Memória, 2001, p. 29-36.

ALMEIDA, Marina S. A Ideologia Protagonista nas Políticas Públicas de Jovens Infratores. In: *Revista do Laboratório da Violência da UNESP-Marília*. Edição 5, n. 05, p.68-78, maio 2010

ALMEIDA, Bruna G.M. de. Socialização e regras de conduta para adolescentes internados. In: *Tempo Social*. Revista de Sociologia USP. São Paulo, v.25, n.1, p. 149-167, junho 2013.

ANTUNES, R.; ALVES, G. As mutações do trabalho na era da mundialização do capital. *Revista Educação & Sociedade*, Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago.2004.

ATELIÊ ESCOLA. Redução da Maioridade Penal: projeto social de Campinas mostra outra solução. CEDAP. Campinas. 09.04.2015.

BACHELARD, Gaston. *A poética do Espaço*. Tradução: Antônio de Pádua Danesi; revisão/tradução: Rosmary Costhek Abílio. São Paulo. Martins Fontes, 1988.

BACCHETTI, Bruno. Bolsa Família ainda cres-

- ce em cidades menores da RMC. *Correio Popular*. Campinas. SP, 13.01.2014. Caderno A+ Região Metropolitana. Disponível em [http://correio.rac.com.br/\\_conteudo/2014/01/especial/regiao\\_metropolitana/142710-bolsa-familia-ainda-cresce-em-cidades-menores-da-rmc.html](http://correio.rac.com.br/_conteudo/2014/01/especial/regiao_metropolitana/142710-bolsa-familia-ainda-cresce-em-cidades-menores-da-rmc.html). Acesso 10.10.2015
- BRASIL DEBATE. América Latina e Caribe. Jovens e o Mercado de Trabalho Informal. 13.07.2015. Disponível em: <http://brasildebate.com.br/jovens-e-o-mercado-de-trabalho-informal/>. Acesso 14.11.2015
- CARTA CAMPINAS. Justiça manda fechar Fundação Casa em Campinas por insalubridade e superlotação. 02.07.2015. Campinas. SP. Disponível em <http://cartacampinas.com.br/2015/07/justica-manda-fechar-fundacao-casa-em-campinas-por-insalubridade-e-superlotacao/>. Acesso em 15.01.2017
- DELGADO, L. de A. N. História Oral e narrativa: tempo, memória e identidades. *História Oral*, Revista da Associação Brasileira de História Oral, São Paulo, n. 6, jun. 2003.
- É DISSO QUE ESTOU FALANDO. *Observatório da Sociedade Civil*. Vídeo 01.02.2016. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=i-GhmFGkxU0>. Acesso 10.04.2016
- EXTERMÍNIO DE NEGROS NO BRASIL. *EDUCAFRO*, 2015. Disponível em <http://www.educafro.org.br/site/wp-content/uploads/2015/10/info175-ver3.pdf>. Acesso 10.04.2016
- FIGUEIREDO, Luís Claudio. Foucault e Heidegger. A ética e as formas históricas do habitar (e do não habitar). *Tempo Social*. Revista de Sociologia da USP, São Paulo. v.7, n.1-2, p 136-149. 1995
- GATTAZ, André. C. Lapidando a fala bruta: a textualização em História Oral. In: MEIHY, J.C.S.B. (org.). *(Re)definindo a História Oral no Brasil*. São Paulo, Ed. Xamã, 1996. p. 135-40.
- GOLDENBERG, Mirian. *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- INDICADORES PROJETO ATELIE ESCOLA – Convivência e Arte (2011-2012) Centro de Educação e Assessoria Popular (CEDAP). Campinas. São Paulo. 2012
- LOPES, Doraci A. Educação não formal e Avaliação: em busca de um Debate. in *Revista e-Curriculum*. São Paulo. v.10, n.3, p 229-246, dez 2012. São Paulo. Disponível <http://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/5752>. Acesso 20.09.2015
- LOPES, Doraci A.; OLIVEIRA, Leandro S. de. Movimentos Sociais e a ambiguidade do conceito de Educação Não Formal. *Revista Iberoamericana de Educación*. n.º 53/4, p 1-9.
- LOPES, Doraci A.; MENDONÇA, Ana Paula. História e Habitação: Cidadania e a questão social da População de Rua em Campinas/SP. In *Revista Impulso*, Piracicaba, 19 (48): 41-60, jul. – dez. 2009.
- LOPES, Doraci A. Casa, despejo e cultura. *Cadernos CERU*, São Paulo, n. 13, p. 193-209, 2002.
- LUTA CONTRA A MISÉRIA. Brasil lidera a redução da pobreza extrema, segundo o Banco Mundial. *El País*. São Paulo. Brasil.
- LUVISARO, Nathalia A.; GALHEIRO, Sandra M. Considerações sobre o cotidiano e o habitar de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional em abrigo. *Revista Terapia Ocupacional*. Universidade São Paulo, v. 22, n. 2, p 191-199, maio/ago. 2011.
- MANHAS, Cleomar. A Invisibilidade da Juventude nas Políticas Públicas. In *Le Monde Diplomatique Brasil*. Juventudes e a Desigualdade no Urbano, p10-11, nov. 2015.
- MASSARO, Camilla M. Preparação para o Trabalho na Fundação Casa: As Oficinas Profissionalizantes. In *Caderno Cedes*, Campinas, vol.30, n.81, p. 219-232, mai-ago 2010.
- MELLO, Guilherme. PIB afunda 1,9% puxado por queda na indústria e investimentos. *Economia Nacional e Internacional*. *Boletim de Conjuntura*. Fundação Perseu Abramo. Ano 3, no. 308, 28.08.2015. Acesso 30 de setembro de 2015.
- NEVES, Lucília de A. Memória, história e sujeito: substratos da identidade. In: *História Oral*, Revista da Associação Brasileira de História Oral, número 3, junho de 2000, São Paulo.
- NOTA - SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO. SINASE. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente. 2013. Disponível em <http://www.sdh.gov.br/assuntos/criancas-e-adolescentes/pdf/le>
- CADERNOS CERU V. 28, n. 1, jul. 2017

[vantamento-sinase-2013](#) Acesso 15.10.2015

NOVAES, Regina. Juventudes Urbanas: O que Podemos fazer Juntos? *Le Monde Diplomatique Brasil*. Juventudes e a Desigualdade no Urbano, p 4-5, Novembro 2015. Disponível em [http://www.diplomatique.org.br/edicoes\\_especiais\\_artigo.php?id=134](http://www.diplomatique.org.br/edicoes_especiais_artigo.php?id=134). Acesso 10.01.2016.

PADOVANI, Andrea S.; RISTUM, Marilena. A escola como caminho socioeducativo para adolescentes privados de liberdade. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.39, n. 4, p. 969-984, out./dez.2013.

PROGRAMA PETROBRAS DESENVOLVIMENTO & CIDADANIA. Nome do Projeto: Ateliê Escola – Convivência e Arte II. Organização Proponente: Centro de Educação e Assessoria Popular – CEDAP; Campinas, SP. 25.04.2013

QUEIROZ, Christina S. de. Jovens em conflito com a lei relatam problemas ao voltar para o ambiente escolar. In: *Revista Educação*. Junho 2015. Disponível em <http://revistaeducacao.com.br/textos/218/o-difícil-retornojovens-em-conflito-com-a-lei-relatam-problemas-355441-1.asp> Acesso 15.09.2015

RELATÓRIO COORDENAÇÃO TÉCNICA. Projeto: Ateliê Escola – Convivência e Arte II. Mariana Saes. Seminário ‘Tanta Violência não é Certo’. Centro de Educação e Assessoria Popular – CEDAP. Campinas, SP. 12.06.2014

SANTOS, Eduardo Antônio E. O racismo e o extermínio dos jovens negros. (Itabuna. BA) Blog Tempo Presente. 16.01.2016, disponível em <http://blogtempopresente.com/o-racismo-e-o-extermínio-dos-jovens-negros/>. Acesso 23/01/2016.

SILVA, Evanildo B. da & BARROS, Rachel. Jovens Negras do Brasil e a Transmissão Geracional do Racismo e da Desigualdade. In *Le Monde Diplomatique Brasil*. Projeto: Ateliê Escola – Convivência e Arte II. Nov.: 12-13, nov. 2015. Disponível em [http://www.diplomatique.org.br/edicoes\\_especiais\\_artigo.php?id=138](http://www.diplomatique.org.br/edicoes_especiais_artigo.php?id=138). Acesso 23.01.2016.

SILVA, Thiago Rodrigues da; LEHFELD, Neide Aparecida de Sousa. Os Olhares Sociais acerca da Prática do Ato Infracional: reflexões éticas para o tempo presente. In *Textos & Contextos*. Porto Alegre. Vol. 14, n. 1, p 74-86, jan/jun 2015.

SÍNTESE DE INDICADORES SOCIAIS. Uma análise das Condições de Vida da População Brasileira.

CADERNOS CERU V. 28, n. 1, jul. 2017

IBGE. In *Estudos & Pesquisas*. n.34, 2014 Disponível em <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv91983.pdf> Acesso 18.8.2015

SISTEMA MUNICIPAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DE CAMPINAS. SIMASE. Plano Decenal (2014-2024). Prefeitura Municipal de Campinas. Dezembro de 2014. Disponível em [http://cmdca.campinas.sp.gov.br/sites/default/files/u5/Plano\\_Municipal\\_de\\_Medidas\\_Socioeducativas\\_2015.pdf](http://cmdca.campinas.sp.gov.br/sites/default/files/u5/Plano_Municipal_de_Medidas_Socioeducativas_2015.pdf). Acesso 20.09. 2015.

SOUTO, Anna Luiza S. Segregação Socioterritorial, Juventude e Direito à Cidade. In *Le Monde Diplomatique Brasil*. Nov.: 14-15, nov. 2015, 2014 Disponível em: [http://www.diplomatique.org.br/edicoes\\_especiais\\_artigo.php?id=139](http://www.diplomatique.org.br/edicoes_especiais_artigo.php?id=139). Acesso 23.01.2016

SPOSITO, Marília P. Juventude e educação: interações entre a educação escolar e a educação não-formal. *Educação & realidade*, v.33, 83-98, 2008.